

## A Lógica do Bom Salário

Tomamos aqui o termo “lógica” no sentido de “invariante estrutural”<sup>1</sup> a nível de certas formações históricas da sociedade. Admitimos, assim, que as formações sociais se estruturam através de um complexo de relações estáveis e que por isso se repetem, invariaram, persistem, desde que as formações sociais sejam mantidas historicamente. Lógica diz respeito a um arcabouço conceitual de tessitura coerente e de fundamento consistente: o todo se revela tanto mais lógico quanto menos vazios e pontos fracos apontar. As relações de consistência e coerência,<sup>2</sup> na medida em que *ligam* o todo, tornam-se “necessárias” ao todo e com isto se formalizam: passam a formas estáveis, invariantes: se variassem, o todo seria outro. O conteúdo passa a subservir à forma; chega mesmo a ser considerado como mera variação da forma, tanto na medida em que o conteúdo não é capaz de transcender a sua forma, como na medida em que a variação do conteúdo não tange a sua forma. Um discurso é dito lógico, não pelo seu conteúdo,

— ela é relação, não é o relacionado, — que pode variar, mas pela sua forma, que pode aqui ser sumariamente captada como coerência e consistência. O formalismo<sup>3</sup> surge na proporção do deslocamento do interesse do conteúdo para a forma, em detrimento normalmente do caráter histórico das formações sociais, sobretudo pela concentração do estudo científico e pela definição do científico a nível da morfologia invariante. O formalismo, na sua feição própria de fixidez supra-histórica<sup>4</sup> e de existência objetiva autónoma, é irmão do positivismo lógico: a forma invariante é neutra quanto ao conteúdo, por isso positiva.<sup>5</sup> Teríamos assim a possibilidade de praticar a objetividade em ciências sociais<sup>6</sup> — o estudo das estruturas que suportam e ligam a história, não a história das estruturas, já que estrutura é relação e relação não tem história. É talvez o produto mais relevante do estruturalismo moderno a indigitação da importância das invariantes estruturais

---

1. Cf. N. Poulantzas, "Para uma Dialética da Realidade", in *Tempo Brasileiro*, 17/18, pp. 127 ss. Neste artigo, Poulantzas aproxima Sartre, Lévi-Strauss e Althusser, discorrendo sobre as concepções estruturalistas dos três. Interessaria sobretudo sua crítica à visão de Althusser, metodologicamente falando, no contexto de sua discussão sobre os pressupostos metodológicos do marxismo de Marx. O objeto científico novo, que Althusser pretende descobrir em Marx e que o faria o inaugurador do estruturalismo em Ciências Sociais, estaria dado pelo enfoque do estudo das estruturas sociais a nível das relações sociais (corte epistemológico). Cf. L. Althusser, *Análise Crítica da Teoria Marxista*, Zahar, 1967, sobretudo pp. 75-103; L. Althusser, *Para Leer el Capital*, Siglo Veintiuno, México, 1970. Como nota Poulantzas, a posição de Althusser ainda permanece ambígua: se o econômico for a "dominante em última instância" — sempre — não deixaríamos o determinismo economicista típico de *O Capital* de Marx; a colocação da "sobredeterminante" não passaria de uma "subdeterminante" mais privilegiada...

2. P. Demo, *Das Argumentações convincentes*, IBRADES, 1972, p. 2.

3. Sobre o formalismo em Ciências Sociais, já dispomos de uma crítica muito profunda em H. Freyer, *Sociologia, Ciencia de la Realidad*, México, 1944; cf. cap. sobre Simmel e L. von Wiese.

4. H. Lefebvre, "Claude Lévi-Strauss et le nouvel Eléatismo", in *L'Homme et la Société*, 1 (1966), continuado in 2 (1966): o estruturalismo teria uma tendência ao fixismo supra-histórico, não seria dialético.

5. Cf. A. J. Ayer (org.), *El Positivismo Lógico*, B. Aires-México, 1965<sup>o</sup>. Introdução; K. R. Popper, *The Logic of Scientific Discovery*, London, 1965<sup>o</sup>. Quanto à polémica contra o positivismo, sobretudo da Escola de Frankfurt, veja-se: Th. W. Adorno e o., *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*, Luchterhand, Stuttgart, 1972; E. Topitsch (ed.), *Logik der Sozialwissenschaften*, Kiepenheuer & Witsch, Berlin, 1965; T. W. Adorno, H. Albert e o., *Soziologie zwischen Theorie und Empirie*, Munique, 1970.

6. Posição tradicional contra a neutralidade de J. Habermas, *Zur Logik der Sozialwissenschaften*, Suhrkamp, Frankfurt, 1970, p. 22 ss. — sua polémica não é com o estruturalismo, mas com o positivismo. C. Lévi-Strauss, "A Noção de Estrutura em Etnologia", in *Tempo Brasileiro* 15/16, p. 65 ss.; Id. "História e Etnologia", in *Antropologia Estrutural*, Tempo Brasileiro, 1970, p. 15 ss.

nas formações sociais,<sup>7</sup> bem como o ganho em cientificidade no tratamento da problemática em tal nível. É evidente, contudo, que não fazemos aqui um tratado teórico do estatuto metodológico de tais invariantes estruturais, nem nos vamos debater numa polémica entre sincronia e diacronia,<sup>8</sup> e muito menos entraremos no possível mérito de Marx ter iniciado<sup>9</sup> este tipo de abordagem. Nossa intenção é apenas detectar tais invariantes em determinada formação social na dimensão do salário, dentro da hipótese de que o “bom salário” revelaria uma lógica própria no seu relacionamento com o “mau salário”.

## 1. PAPEL DO SALÁRIO NA VIDA ATUAL

Dizia Engels, no túmulo de Marx,<sup>10</sup> que, assim como Darwin descobrira a lei da evolução da natureza, Marx descobrira a lei da história, que em outra ocasião é explicitada taxativamente: a produção e, junto com ela, o intercâmbio dos produtos é a base de toda a ordem social.<sup>11</sup> E, no prefácio da primeira edição do primeiro volume do *Capital*, Marx dava o tom de sua obra: tratava-se de leis férreas (*eherne Gesetze* — originalmente: leis de bronze)<sup>12</sup> que demarcam uma evolução “necessária”. Daí exatamente a discrepância relativa aos outros socialistas utópicos anteriores (St. Simon, Fourier, Owen...), que assinala tão profundamente a concepção de Engels em seu livro sobre a cientificidade do socialismo,<sup>13</sup> uma refundição do *Anti-Dühring*. É dessa visão,

---

7. Cf. N. Poulantzas, *op. cit.*, p. 140 ss.

8. E. Balibar, “Acerca de los Conceptos fundamentales del Materialismo histórico”, in L. Althusser & E. Balibar, *Para Leer el Capital*, Siglo Veintiuno, México, 1970, p. 324.

9. Cfr. *Para Leer el Capital*, ed. cit., p. 197 ss.

10. Cfr. H. Barth, *Masse und Mythos*, Hamburg, 1953, p. 108.

11. Marx-Engels, *Werke*, Dietz-Verlag, Berlim-Oriental, vol. 19, p. 210: “... die materialistische Anschauung der Geschichte gehe von dem Satz aus, dass die Produktion, und naechst der Produktion der Austausch ihrer Produkte, die Grundlage aller Gesellschaftsardung ist”.

12. Marx-Engels, *Werke*, ed. cit., vol. 23, p. 12: “Der Physiker beobachtet Naturprozesse entweder dort, wo sie mindest getruet erscheint, oder, wo moeglich, macht er Experimente unter Bedingungen, welche den reinen Vorgang des Prozesses sichern. Was ich in diesem Werk zu erforschen habe, ist die kapitalistische Produktionsweise und die ihr entsprechenden Produktions und Verkehrsverhaeltnisse. [...] An und fuer sich handelt es sich nicht um den hoeheren oder niedrigeren Entwicklungsgrad der gesellschaftlichen Antagonismen, welche aus den Naturgesetzen der kapitalistischen Produktion entspringen. Es handelt sich um diese Gesetze selbst, um diese mit eherner Notwendigkeit wirkenden und sich durchsetzenden Tendenzen”.

13. Marx-Engels, *Werke*, ed. cit., vol. 19, p. 181 ss (como *Anti-Dühring*) e vol. 20, p. 239 ss (retomada do tema e especificação).

sobretudo, aliada às colocações epistemológicas de 1857, que Althusser retira o lançamento de Marx como inaugurador de uma nova ciência social: o científico a nível estrutural.<sup>14</sup> O objeto da ciência é o todo complexo estruturado já dado, ou seja, a estrutura subjacente já dada (invariante) da totalidade. A complexidade estruturada faz a distinção para com a totalidade simples hegeliana: há sempre dominantes estruturais. Aqui surge o econômico como “dominante em última instância” da sociedade. Ao lado desta “dominante em última instância”, admite Althusser um “sobredeterminante”, cuja existência invaria, mas cujo conteúdo é dado pelas “condições históricas”.

O lançamento althusseriano tem por finalidade, entre outras, dissipar a nível epistemológico a acusação de economicismo e de determinismo científico no marxismo, também porque as atuais colocações do “comunismo científico” de Suslov<sup>15</sup> se reclamam precisamente da continuidade da linha do “socialismo científico”. O científico, tão a-ideológico que seria mesmo um “anti-humanismo”,<sup>16</sup> teria revertido numa justificação fácil de um regime ditatorial. Se Althusser salva ou refunde Marx,<sup>17</sup> é uma questão difícil de resolver, já que mesmo em Althusser é bem possível indigitar um nível economicista na formulação de “dominante em última instância econômica”.<sup>18</sup> De qualquer forma, a “infra-estrutura” althusseriana é mais flexível, digamos histórica, do que a vislumbrada por Marx e Engels, pois a “sobredeterminante” depende da situação histórica momentânea. O que nos interessa aqui, certamente, não é fazer uma abordagem epistemológica das concepções estruturalistas atuais, mas apenas aproveitar tais lançamentos teóricos como um pano de fundo para o equacionamento de dados empíricos que se repetem invariavelmente nas pesquisas. Embora não participemos em absoluto do economicismo, que entendemos aqui pela redutibilidade em última instância das formações sociais à invariante econômica, é impressionante como esta “variável” econômica, indicada aqui pelo salário, invaria no seu relacionamento para com as outras variáveis. À medida em que o salário aumenta aritmeticamente, as facilidades concomitantes parecem aumentar geometricamente, de tal forma que os mecanismos de integração social, por exemplo, planejados para levar os pobres a uma maior participação da riqueza nacional, mais favorecem os ricos que os

---

14. Cf. Poulantzas, *op. cit.*, p. 130.

15. Cf. W. Leonhard, *Die Dreispaltung des Marxismus*, Duesseldorf-Wien, p. 183 ss.

16. L. Althusser, *Análise crítica da Teoria marxista*, Zahar, 1967, p. 204.

17. L. Althusser & E. Balibar, *Para Leer el Capital*, ed. cit., p. 203.

18. Cf. Poulantzas, *op. cit.*, p. 150 s.

pobres. Um aumento salarial, normalmente, para a camada baixa no máximo repõe o mínimo, mas para a camada alta no mínimo maximiza a situação. O aumento de 10% sobre um salário de Cr\$ 300,00 significa apenas a quantia de Cr\$ 30,00; sobre um salário de Cr\$ 3.000,00, porém, a quantia de 300,00. O aumento de apenas 10% no segundo caso teve como efeito a absorção de 100% do primeiro caso. Em outras palavras: o primeiro caso teria que dispender tudo para obter o que o segundo caso realiza com apenas 10%.

Dai retira-se a colocação de que a distância entre 0 e 300 no primeiro caso é muito mais longa que a mesma distância para o segundo caso. De fato, é melhor ser rico e inteligente do que pobre e burro — que não é provérbio por ser evidente demais. Para quem já tem muito é muito mais fácil ter mais, embora isto devesse ser uma propriedade exatamente de quem nada ou pouco tem. Parece haver aí uma invariante estrutural invertida: o “bom salário” aumenta na proporção inversa do “mau salário”, e isto não porque se aplique uma proporção invertida, mas porque se aplica a mesma proporção (o mesmo percentual). Na verdade, uma situação de desigualdade, quando é tratada com igualdade, se ratifica. E, se identificássemos o tratamento igualitário com justiça, tal justiça viria apenas confirmar a situação inicial de injustiça, desde que a definíssemos como injusta.

Assim, o econômico, como dominância em última instância, é sobretudo determinante para quem não o tem ou tem pouco. O mau salário, na medida em que equaciona o mínimo, reporta-se diretamente à sobrevivência e em termos de sobrevivência qualquer outra consideração é obviamente ideológica, supondo que o ideológico, por analogia ao científico, seja o afastamento do objetivo em determinada concepção epistemológica, correlata ao estruturalismo. Destarte, a afirmação de que o salário seria a “dominante em última instância” da vida social atual poderia, na proporção de sua invariabilidade, encobrir o eleatismo de uma variabilidade tendenciosa: a “última instância” é muito mais última nas esferas da privação do que nas da abundância em termos de salário. O que queremos, contudo, acentuar é que exatamente esta tendenciosidade é estrutural, esta relação entre os extremos salariais. Embora não se possa confundir repetir com invariável, pois isto seria uma queda no indutivismo positivista ultrapassado pelos próprios positivistas (Popper), acontece que a relação parece se repetir. O conceito de invariabilidade estrutural tem, sem dúvida, seus limites, e é aí que começa, certamente, a historicidade da estrutura, a processualidade da lógica formal, o dinamismo da forma.

Não é possível reduzir a vida apenas ao "ter"; haveria ainda pelo menos o "ser" e talvez também o "amar".<sup>19</sup> A redutibilidade das formações sociais à sua infra-estrutura econômica não quer com certeza dizer que se trate de um processo ontológico, mas meramente social: a vida não é economia; apenas é "dominada em última instância" pela economia. Ainda assim, porém, esta colocação é exagerada: seria, por exemplo, o fenômeno religioso em última instância dominado pelo econômico? Sobretudo em uma economia estatal, não seria viável a dominância em última instância do político sobre o econômico? Mesmo no "reino da liberdade", da abundância, em que o problema não seria distribuir a carestia, mas a afluência, não restaria ainda o problema da distribuição, que a nível de uma organização complexa (por exemplo, uma nação ou sociedade) teria a forma política de estrutura de poder?<sup>20</sup> Mas a colocação marxista de que o reino da liberdade seria possível apenas depois de termos resolvido os problemas da necessidade,<sup>21</sup> ou por outra, de que o homem (ontologicamente) "novo" viria depois do homem rico (não do pobre), confirmaria nosso ponto de vista: a dominância do econômico decresce na proporção de sua abundância. Nos extremos salariais, o que para um é questão de sobrevivência, para outro é questão de luxo. Contudo, que a distribuição não seja um problema de dominação, mas de mera "administração de coisas", é para nós ainda uma afirmação totalmente gratuita. É por isso que a colocação de que a "dominante em última instância" das formações sociais seria a estrutura de dominação é, pelo menos, tão viável quanto a preferência pelo econômico,<sup>22</sup> sobretudo na explicação teórica das classes, também no capitalismo.<sup>22a</sup> Sem querer entrar agora na polêmica de se a má distribuição econô-

---

19. E. Allardt, *A Welfare Model for Selecting Indicators of National Development*. Paper prepared for the ISSC Workshop on Models and Indicators of National Development in Rio de Janeiro, May 9-14, 1972, p. 5 ss.

20. Cf. P. Demo, *Da Burocracia à Administração Total*, IBRADES, 1972, p. 9-10: mesmo na comuna, Marx via ainda "poucas, mas importantes "funções justificadas" (p. 10), mesmo que não tenha em parte alguma descrito concretamente tais funções (original: Marx-Engels, *Werke*, ed. cit., vol. 17, p. 339). A isto se opõe o pensamento de Engels: "No lugar do governo sobre pessoas entra a administração de coisas e a direção da processos de produção. O Estado não é 'eliminado', mas sim, 'morre'" (p. 8; original: Marx-Engels, *Werke*, ed. cit., vol. 19, p. 224).

21. Sobre o reino da liberdade/reino da necessidade, no 3.º volume de *O Capital*, cfr. Marx-Engels, *Werke*, ed. cit., vol. 26, p. 828.

22. Esta tese é defendida expressamente por R. Dahrendorf, *Soziale Klassen und Klassenkonflikt in der industriellen Gesellschaft*, Enke, Stuttgart, 1957.

22-a. Cf. ponto de vista diverso do estruturalismo, com tendência a rejeitar a "dominante em última instância" do econômico nas sociedades primitivas; C. Lévi-Strauss, *Antropologia Estrutural*, Tempo Brasileiro, Rio, 1970, p. 361 ss.; J. Ziegler, *o poder africano*, Difel, S. Paulo, 1972, p. 76.

mica nas camadas baixas da população seja o resultado de uma má política determinada pela economia ou de uma má economia determinada pela política, partimos da proposição de que é possível observar uma convergência estrutural de desvantagens para o extremo negativo salarial e de vantagens para o extremo positivo salarial. Seja como for, as restrições impingidas à camada baixa por causa de um mau salário estão na proporção inversa das facilidades advindas à camada alta por causa de um bom salário.

## 2. DAS VANTAGENS DO BOM SALÁRIO

Para a exemplificação empírica de nossa hipótese, usaremos uma pesquisa dos orçamentos familiares do Distrito Federal, realizada em 1968, embora publicada apenas em 1971.<sup>23</sup> O problema dos orçamentos familiares coloca a questão concreta da dependência do bem-estar familiar do salário. Na era industrial, em que o homem, "em última instância", tem suas possibilidades marcadas pelo horizonte do seu salário, a própria constituição de uma família encontra na dimensão salarial, muitas vezes, o limite de seus desejos mais profundos e essenciais. Esta colocação, por mais simplificada que seja, é tremendamente realista; e ela é, na verdade, uma simplificação, se pensarmos que é absurdo definir o homem "em última instância" apenas pelo que ele "tem" ou "deveria ter". Seja como for, mesmo que o "dinheiro corrompa", "sossega à beça": a problemática em torno dos orçamentos familiares é o próprio enfoque deste ridículo-irônico social.

A renda familiar leva em conta tudo o que entra em termos econômicos na família e constitui o que se chama "receita familiar". Além disto, é a soma das várias rendas individuais dos vários indivíduos que compõem a família. Assim, a receita familiar não depende apenas do salário do chefe da casa, mas também dos "biscates" que porventura os filhos ou a esposa façam.

Em 1968 — a saber de 25.3.1968 a 30.4.1969 — o salário mínimo era no DF de Cr\$ 124,80. As rendas foram escalonadas em 5 classes de renda, cujos limites estão relacionados na tab. 1. Por unidade de consumo (UC) entende-se cada família individualmente considerada.

---

23. Estudos dos Orçamentos das Unidades Familiares do Distrito Federal, elab. CODEPLAN, Brasília, BNDE, Jan. 1971.

Tab. 1: Escalonamento das Famílias no DF segundo Classes de Renda, UC % e Receita %

Classes de renda	Limite Superior	UC	Receita
Classe A	43,00	37.12%	11.79%
Classe B	100,00	31.93%	17.80%
Classe C	175,00	12.71%	15.80%
Classe D	376,00	11.01%	21.36%
Classe E	6.000,00	7.23%	33.25%

Fonte: CODEPLAN, 1971, p. 22, 27 e 250

Assim sendo, a classe A, demarcada pela renda mensal familiar até Cr\$ 43,00, compunha 37.12% das unidades de consumo (um pouco mais que 1/3), auferindo, contudo, apenas 11.79% da renda global de todas as famílias reunidas anualmente. A classe B, que ainda está relativamente distante do nível do salário mínimo, compunha 31.93% das unidades de consumo, mas dispunha apenas de 17.80% da receita global anual. A classe E, no entanto, constituída por uma heterogeneidade avultada de níveis de renda mensal (desde Cr\$ 377,00 até Cr\$ 6.000,00 mensais), perfazia apenas 7.23 das unidades de consumo, mas capitalizava nada menos que 33.25% da receita total.

Importa aqui notar o relacionamento verificável entre as colunas verticais da UC e da receita. Há aí uma nítida lógica invertida: a renda cresce na proporção inversa das unidades de consumo em termos de classe salarial. As classes A e B, ambas consideravelmente abaixo do salário mínimo, perfaziam 69.05% das unidades de consumo, quase 70.00%, dispondo, porém, de apenas 29.59% da receita global anual. A classe E, que eram apenas 7.23% das unidades de consumo, dispunha de uma receita já maior que as duas classes mais baixas (33.25%). E as próprias classes salariais intermédias (C e D), embora três vezes mais numerosas que a classe E (23.72% das unidades de consumo), sacavam uma receita apenas um pouco superior: 37.16%. Ora, a classe D, colocada aqui evidentemente como classe média alta,<sup>24</sup> tinha uma renda mensal apenas 3 vezes maior que o salário mínimo então vigente: seria o mesmo que considerar hoje (outubro de 1972) como classe média alta as famílias que disponham de Cr\$ 700,00; e não se deve esquecer que isto é o limite superior, isto é, a partir daí começaria a classe alta. Ademais, boa parte da classe C, que aparece no corpo

24. Cf., por exemplo, CODEPLAN, p. 90; até mesmo a classe B é alcunhada de "média": p. 157.

intermédio, está localizada abaixo do salário mínimo, já que seu limite inferior começa já em Cr\$ 101,00. Daí também ser exato afirmar que as UC abaixo do salário mínimo estão acima de 70.00% (talvez se aproximem de 75.00%) — é preciso frisar que se trata do DF (não de um autêntico Interior).<sup>25</sup>

Para o cômputo da receita familiar, usaram-se três categorias: a) *renda bruta*, que significa o ingresso proveniente dos salários; b) *aumento do passivo*, usado aqui como complemento da receita através de “compras a prazo e empréstimos obtidos”,<sup>26</sup> através do “recurso ao endividamento”;<sup>27</sup> concomitantemente, ao falarmos em “diminuição do passivo”, atingem-se os “pagamentos de débitos contraídos anteriormente, bem como as variações para menos de empréstimos obtidos”,<sup>28</sup> e constitui então, não a receita, mas a despesa familiar; c) *diminuição do ativo*, entendido aqui como “alienação de bens duráveis e títulos mobiliários, principalmente”,<sup>29</sup> transações com “bens duráveis e imóveis”;<sup>30</sup> daí, ser o seu contrário — aumento do ativo — “aquisição de veículos, imóveis, integralização de capitais e transferências financeiras”.<sup>31</sup>

A tab. 2 nos oferece uma visão geral da receita anual média familiar, composta pelas três categorias explicitadas acima, escalonada pelas classes de renda bruta *per capita*. A renda bruta *per capita* refere-se aqui evidentemente à multiplicação por 12 (1 ano) das classes salariais mensais: Classe A — até Cr\$ 516,00; B — Cr\$ 517,00 até 1.200,00; C — Cr\$ 1.201,00 até 2.100,00; D — Cr\$ 2.101,00 até 4.512,00; E — acima de Cr\$ 4.513,00.<sup>32</sup>

Na própria formulação da CODEPLAN, teríamos: “A primeira classe de renda — Classe Inferior — com uma receita familiar de menos de 1/3 da receita média (2.663,86 para 8.386,53 — P.D.) e abrangendo 37.12% das famílias da amostra, foi responsável por 11.79% da receita total. — A receita familiar, na última classe de renda — Classe Superior — foi de 4,6 vezes a receita média (38.612,74 para 8.386,53 — P.D.) e a parcela da receita total que correspondeu a esta classe, 33.25%, distribuiu-se apenas entre 7.23% das unidades de consumo”.<sup>33</sup>

É interessante notar que a receita familiar depende na classe E de apenas 65.85% da renda bruta, o que quer dizer que ela dispõe de

---

25. Cf. trabalho de P. Demo, *Desenvolvimento e Integração Social*, IBRADES, 1972.

26. CODEPLAN, *op. cit.*, p. 39.

27. *Id.*, *ib.*, p. 43.

28. *Id.*, *ib.*, p. 146.

29. *Id.*, *ib.*, p. 39.

30. *Id.*, *ib.*, p. 82.

31. *Id.*, *ib.*, p. 135.

32. *Id.*, *ib.*, p. 25.

33. *Id.*, *ib.*, p. 27.

Tab. 2: *Receita Anual Média Familiar por Classes de Renda Bruta per capita do DF, 1968, Cr\$ de 1968*

Classes de Renda	Renda Bruta		Aumento do Passivo		Diminuição do Ativo		Receita Famil.	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A	2.456,16	92.20	171,27	6.43	36,43	1.37	2.663,86	100.00
B	4.045,16	86.47	397,58	8.50	235,30	5.03	4.678,04	100.00
C	7.411,01	71.06	1.863,07	17.87	1.154,04	11.07	10.428,12	100.00
D	12.023,78	73.92	3.068,50	18.86	1.175,04	7.22	16.267,32	100.00
E	25.427,85	65.85	7.576,04	19.62	5.608,85	14.53	38.612,74	100.00
Média	6.304,71	75.17	1.308,84	15.61	772,98	9.22	8.386,53	100.00

Fonte: CODEPLAN, 1971, p. 26

outros proventos relativamente abundantes que não o salário — ela tem certa independência do salário, se pensarmos que o recurso ao aumento do passivo (recurso ao endividamento, por exemplo, compras a prazo) e à diminuição do ativo (alienação de bens duráveis) está bem representado: 19.62% e 14.53%, respectivamente. Por outro lado, a classe A depende quase que exclusivamente do salário (92.20%).

Se tomássemos em consideração a participação da renda bruta anual na receita anual média familiar nas respectivas diferentes localidades em que foi subdividido o DF, veríamos com maior clareza ainda as vantagens das concentrações mais ricas, aqui localizadas evidentemente no Plano Piloto. A tab. 3 nos mostra as discrepâncias. Lê-se no texto da pesquisa: "As famílias do Plano Piloto apresentaram a menor percentagem de Renda Bruta na composição da receita (62.73%), embora se encontrem nesta localidade as mais elevadas rendas do Distrito Federal. São famílias que, dispoñdo de altos rendimentos, têm condições de adquirir ativos e desfazer-se dos mesmos quando isto se torna uma necessidade. Por outro lado, são aquelas com maiores facilidades para compras a prazo, em função dos seus altos rendimentos, garantindo elevado índice de liquidez e a posse de ativos para amparar ponderável nível de crédito".<sup>34</sup> Poder-se-ia colocar aqui o interessantíssimo problema do sistema crediário, cuja função seria, certamente, ampliar o poder aquisitivo de quem não o teria de outra forma. A venda a crédito permite a aquisição de objetos mediante parcelas

34. Id., ib., p. 62.

mensais reduzidas. Neste sentido, o sistema creditício veio ampliar as possibilidades de compra de camada mais desfavorecida da população, que de outra forma, isto é, por pagamento à vista, estaria irremediavelmente privada do acesso. Temos hoje inclusive a oportunidade de compra da casa própria por este método. No entanto, não se pode fugir à constatação de que os verdadeiros favorecidos pelo crediário são as camadas abastadas da população em vários ângulos:

- a) o crediário é mais fácil exatamente para quem tem mais dinheiro à disposição, a saber, para além das despesas correntes necessárias;
- b) para as camadas inferiores, principalmente inferiores ao salário mínimo, não podendo praticamente poupar nada, a variedade creditícia está reduzida a apenas alguns produtos por vez;
- c) a concessão do crédito é muito mais facilmente possibilitada na proporção do salário mais alto: o próprio bom salário já é crédito, enquanto o mau salário, que exatamente por ser mau precisa do crédito, é, de partida, um anticrédito;
- d) assim, o leque da venda a crédito se abre tanto mais quanto menos a pessoa precisaria dele.<sup>34a</sup>

Tab. 3: Participação da Renda Bruta Anual na Receita Anual Média Familiar nas várias Localidades do DF, 1968

Localidades	(1) Receita Familiar	(2) Renda Bruta Familiar	Participação % de (2) em (1)
Plano Piloto	19.258,28	12.080,12	62,73
Taguatinga	5.756,79	4.858,78	84,41
Gama	3.381,64	3.097,82	91,61
Sobradinho	5.703,93	4.248,42	74,48
Núcleo Bandeirante	7.031,76	5.445,96	77,45
Pequenas Localidades	3.637,73	3.418,31	93,96
Grandes Invasões	3.181,13	3.049,96	95,87
DF	8.386,53	6.304,71	75,17

Fonte: CODEPLAN, 1971, p. 61

34-a. Cf. trabalho sobre o assunto de I. M. Kaplan e P. Demo, IBRADES, 1972 (pesquisa empírica — versão preliminar).

Este mesmo tipo de consideração se verifica quanto ao problema do aumento do passivo e da diminuição do ativo. Enquanto o Plano Piloto registrou um aumento do passivo de 22.82%, a seguinte localidade percentualmente mais próxima é Sobradinho, com 12.83%, terminando com Grandes Invasões, que obteve apenas 2.30%.<sup>35</sup> Quanto à diminuição do ativo, a situação é mais matizada; o Plano Piloto acusou a cifra de 14.45%, mas há Sobradinho com 12.69% e Núcleo Bandeirante com a cifra extraordinária de 17.37%. A pesquisa da CODEPLAN não entra no mérito da questão e, mais que isto, deixa escapar um erro de análise, confundindo a percentagem da diminuição do ativo com a do aumento do passivo (5.18% como aumento do passivo e 17.37% como diminuição do ativo).<sup>36</sup> Seja como for, embora permaneça obscura a posição de Núcleo Bandeirante acusando elevada percentagem de alienação de bens na participação da receita familiar, o certo é que o Plano Piloto demonstra uma percentagem considerável, que se torna ainda mais impressionante, ao contrastarmos com a localidade menos favorecida, Grandes Invasões, com apenas 1.83%.<sup>37</sup>

É mister introduzir agora que a situação do DF é relativamente privilegiada, sobretudo pelo fato de abarcar a maior administração federal da União. Uma comparação rápida com outras capitais insinua a posição avantajada de Brasília, embora tenhamos de levar em conta que os dados das outras capitais sejam de 1961/62, da Fundação Getúlio Vargas, em pesquisas sobre Orçamentos Familiares.<sup>38</sup> Isto se pode observar na Tab. 4. Diz o texto da pesquisa:

Tab. 4: Composição da Receita Familiar no Distrito Federal e em algumas Capitais, %

<i>Especificação</i> <i>Localidades</i>	<i>Receita Familiar</i>	<i>Renda Bruta Familiar</i>	<i>Diminuição do Ativo</i>	<i>Aumento do Passivo</i>
Belém	100,00	96,72	1,94	1,34
Belo Horizonte	100,00	90,74	3,11	6,15
Curitiba	100,00	89,69	7,71	2,60
DF	100,00	75,17	9,22	15,61
Rio de Janeiro	100,00	90,24	6,58	3,18
S. Paulo	100,00	95,66	3,02	1,32

Fonte: CODEPLAN, 1971, p. 75

35. Id., ib., p. 64.

36. Id., ib., p. 69, 68, 64, 81.

37. Id., ib., p. 68.

38. Id., ib., p. 73.

“... entre todas as Capitais analisadas, o Distrito Federal apresentou a menor participação da Renda Bruta sobre a receita (75,17%). Nessas Capitais, tal participação foi bastante superior à encontrada para o DF, principalmente a de Belém (96,72%) que foi a maior percentagem encontrada, como também a de Curitiba que foi a mais próxima do valor constatado para o Distrito Federal (89,69%). Contrariamente, como era de se esperar, ocorreu com a Diminuição do Ativo e com o Aumento do Passivo. Para aquela encontrou-se para o Distrito Federal percentagem bastante superior às apuradas para as demais capitais (9,22%).<sup>39</sup> O texto da pesquisa tenta ainda explicar o porquê desta discrepância, que estaria possivelmente no fato de o DF ter sentido mais os efeitos da política anti-inflacionista, parcialmente baseada na contenção salarial; o DF teria sentido mais, porque sua população seria mais dependente dos salários, principalmente públicos. Tal hipótese não parece descabida, mas deixa inexplicado o fato de que a alienação de imóveis, recurso de quem sofre contenção salarial, supõe antes dela a aquisição dos mesmos... Seja como for, e já que a distância que separa a percentagem do DF da outra capital mais próxima (Curitiba) parece relevante, é aceitável em termos relativos que o DF aponte uma situação mais privilegiada quanto ao problema de orçamentos familiares. Aliás, este privilégio é facilmente adivinhado pela presença exuberante do Terceiro Setor, sobretudo ligado à administração pública.

### 3. AS DESVANTAGENS DE UM MAU SALÁRIO

Assim como se pode ver a vantagem do bom salário através da composição e do montante da receita familiar, assim podem-se também ver as respectivas desvantagens do mau salário nas despesas e nas possibilidades de poupança, em termos de orçamentos familiares.

#### 3.1 *Despesas Correntes*

“As despesas correntes são aquelas que se referem aos gastos necessários à manutenção normal das unidades familiares e ocuparam posições de destaque dentre as despesas das famílias, sobretudo nas classes de renda mais baixas”.<sup>40</sup> Com isto se afirma que, em relação às despesas totais, àquilo que as famílias gastam no todo, também além da manutenção normal das unidades familiares, as despesas com a manutenção das unidades familiares perfizeram

---

39. Id., ib., p. 74-76.

40. Id., ib., p. 85.

Tab 5: Despesas Correntes Anuais Familiares por Classes de Renda Anual Bruta per capita, 1968

<i>Cls. de Renda</i>						
<i>Despesas</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>Média</i>
Despesas Correntes	2.611,93	4.224,82	7.629,76	10.561,40	19.241,67	5.840,05
Despesas Totais	2.736,29	4.791,80	10.452,88	16.369,21	39.217,96	8.521,80
Desp. Corr. s/ Desp. Totais %	95.45	88.17	72.99	64.52	49.06	68.53

Fonte: CODEPLAN, 1971, p. 86

na classe mais baixa quase o total; na classe superior não chegaram contudo a 50.00%, como se vê na Tab. 5. Resta, portanto, à classe superior mais que a metade do dinheiro gasto nas despesas para aplicações estranhas à manutenção das unidades familiares: enquanto para a classe A valia a percentagem de 95.45%, para a classe E valia a de 49.06%. A própria média para o DF é elevada, comparada com outras Capitais: 68.5% para o DF, 79.4% para Curitiba (percentagem mais próxima), 84.9% para Belém (percentagem mais distante).<sup>41</sup> Daí a afirmação do texto da pesquisa da CODEPLAN: "... constata-se que se famílias do DF destinam parcela algo relevante da sua receita para a realização dos chamados 'investimentos', resulta, possivelmente, de terem atingido em média, níveis de satisfação razoáveis no que se refere a bens de consumo corrente".<sup>42</sup>

Seguindo este pensamento, passemos à consideração de outras possíveis despesas: o aumento do ativo e a diminuição do passivo. Note-se que aqui se trata do inverso, por estarmos na área das despesas, não da receita; por isso, aumento e não diminuição do ativo, e assim por diante.

O aumento do ativo concerne fundamentalmente à aquisição de veículos, imóveis, integralização de capital e transferências financeiras.<sup>43</sup> Como é de se esperar, o aumento do ativo — em geral, a possibilidade de aquisição de bens duráveis ou mobiliários — cresce na proporção em que se passa das classes de renda mais

41. Id., ib., p. 91.

42. Id., ib., p. 92.

43. Id., ib., p. 135.

Tab. 6: Aumento do Ativo por Classes de Renda Anual Bruta per capita, 1968

Despesas	Cls. de Renda					
	A	B	C	D	E	Média
Aumento do Ativo	101,95	519,88	2.663,11	5.228,99	18.707,48	2.481,70
Despesas Totais	2.736,29	4.791,80	10.452,88	16.369,21	39.217,96	8.521,80
Aumento do Ativo s/Desp. Totais %	3,73	10,85	25,48	31,94	47,70	29,12

Fonte: CODEPLAN, 1971, p. 129

baixas para as mais altas, por uma razão óbvia: "porque as famílias de poucos recursos dependem a quase totalidade de suas receitas com a despesas correntes, em particular com os bens e serviços essenciais...".<sup>44</sup> A Tab. 6 mostra as discrepâncias dos extremos. Entre os extremos da Classe A e E, há a distância marcada pela percentagem de 3,73% e de 47,70% respectivamente. E a média (29,12%) revelou-se a maior de todas as outras Capitais — Curitiba apresentou 19,3% e Belém 4,6%.<sup>45</sup> A precariedade da situação aquisitiva da classe A é também dada pela discrepância com a própria classe B, que acusa uma percentagem 190% maior (3,73% para 10,85%).

Não entramos aqui mais especificamente na consideração paralela da diminuição do passivo — pagamentos de débitos contraídos anteriormente, bem como variações para menos de empréstimos obtidos. Enquanto a classe A apresentava uma percentagem de 0,82% como participação da diminuição do passivo sobre as despesas totais, a classe E apresentava 3,24%, ou seja, 4 vezes mais.<sup>46</sup>

Uma faceta extremamente interessante é insinuada pela Tab. 7, que relaciona o tamanho da família com as despesas correntes, além de calcular ainda as despesas *per capita*, ou seja, por indivíduo na família. Enquanto a classe E gastava em suas despesas correntes Cr\$ 19.241,67 por ano para 3,14 indivíduos em média nas famílias, a classe A gastava apenas Cr\$ 2.611,93 para 6,77 indivíduos.

44. Id., ib., p. 128.

45. Id., ib., p. 130.

46. Id., ib., p. 147.

Tab. 7: Despesas Correntes Anuais e Tamanho Médio da Família por Classes de Renda Anual Bruta per capita, 1968

Classes de Renda	Despesas Correntes				Tamanho da Família
	Média Familiar		Per Capita		
	Valor	Índice Média = 100	Valor	Índice Média = 100	
A	2.611,93	44,72	385,81	35,81	6,77
B	4.224,82	72,34	825,16	76,58	5,12
C	7.629,76	130,65	1.630,29	151,30	4,68
D	10.561,40	180,84	2.582,25	239,65	4,09
E	19.241,67	329,48	6.127,92	568,72	3,14
Média	5.840,05	100,00	1.077,50	100,00	5,42

Fonte: CODEPLAN, 1971, p. 156

Talvez seja esta uma das discrepâncias mais notáveis: a camada baixa em termos salariais se correlaciona com a grande família. Com relação à despesa média, a classe A só consome 44,72%, ao passo que a classe E leva 329,48%; isto em termos de família; em termos individuais, a discrepância ainda é maior por causa da lógica invertida entre a baixa renda e baixo número de membros na família. Enquanto o indivíduo da classe A gastava em média anual, relativamente à média *per capita*, 35,81%, a classe E usufruía 568,72%. Nestas últimas percentagens influi diretamente o tamanho da família. Em termos *per capita*: enquanto a classe A despendia em comparação com a classe E mais ou menos 1,488% menos, em termos de tamanho da família, a da classe A é 115,6% maior que a da classe E; ou por outra, enquanto a classe A tem acima de 2 vezes mais membros, despende 15,8 vezes menos que a classe E. E ainda: comparando-se os índices da média familiar com o índice *per capita*, a classe A decresce de 20% mais ou menos (44,72 para 35,81), a classe B aumenta de 6%, a classe C aumenta de 16%, a classe D aumenta de 32% e a classe E aumenta de 73% mais ou menos.

É interessante também notar as disparidades nas despesas com bens e serviços pessoais por classe de renda anual, que se podem aferir da Tab. 8, apenas parcialmente transposta do original. Algumas cifras são impressionantes: a classe A é a que tem maior per-

Tab. 8: Despesas com Bens e Serviços Pessoais por Classes de Renda Anual Bruta per capita, 1968, %

Cls. de Renda Despesas	A	B	C	D	E	Média
	Despesas correntes	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Bens:						
Serviços Pes.	94,90	93,92	92,08	84,37	81,96	90,03
— Alimentação	60,86	51,83	42,16	35,27	23,64	41,72
— Fumo	3,07	3,23	2,94	1,69	1,37	2,40
— Saúde	4,68	4,40	3,49	3,73	3,91	4,05
— Educação	0,95	1,14	1,49	3,45	1,78	1,78
— Recreação e Leitura	0,46	1,41	2,72	3,05	5,36	2,74
— Viagens, Férias e Turismo	0,39	0,82	1,72	3,81	5,11	2,51
— Residência	11,00	13,83	18,44	17,40	20,07	16,32

Fonte: CODEPLAN, 1971, p. 98-95 (a Tab. está apenas parcialmente transposta)

centagem total de despesas (94,90%) contra a classe E, que tem a menor (81,96%); enquanto a classe E despende 23,64% das despesas com Bens e Serviços Pessoais para a alimentação, a classe A despende 60,86%. A classe A despende, assim, mais da metade de seu orçamento relativo às despesas com Bens e Serviços Pessoais, apenas com o item alimentação. Por outra, dedica uma percentagem mais que duas vezes maior para o fumo (3,07% para a classe A contra 1,37% para a classe E), o que leva certamente a afirmar que o supérfluo em termos de vícios está presente em todas as camadas, não se correlacionando com o nível de pobreza; e se levarmos em conta que a cifra de 3,07% da classe A é calculada sobre a percentagem básica de 94,90% e que a cifra de 1,37% da classe E é calculada sobre 81,96%, a deformidade ainda fica mais gritante: o pobre está gastando demais com o fumo. Por outra, o fato de despendermos mais com o item saúde (4,68% contra 3,91%) retorna à desvantagem estrutural da camada inferior, sobretudo se pensarmos que saúde é um gasto incompressível; isto não acontece com o item educação: um gasto que em si não deveria ser comprimido, mas que de fato o é (0,95% contra 1,78%). Em termos de recreação e viagens, a desvantagem da camada desfavorecida é elevada, o que leva a supor que ela quase não participa destes itens. Quanto à residência, o pobre gasta bem menos que o rico. Também no que se refere

E despende muito mais: num cálculo sobre as despesas correntes (100,00%). A classe A despende 0,09%, ao passo que a classe E chega à cifra de 4,13%.<sup>47</sup>

Haveria ainda outras despesas correntes a tratar, mas que não levamos em consideração aqui: "transferências correntes e outras despesas correntes", descritas assim pela pesquisa da CODEPLAN: "Os gastos classificados neste item são os que se referem aos pagamentos para a previdência social e sindicatos; prêmios de seguros pessoais e contribuição a entidades privadas de assistência securitária; mesadas, doações, presentes, pensões judiciais e roubos e perdas não cobertas por seguro (transferências correntes), como também aos dispêndios com tributos e taxas de outros imóveis no DF; demais despesas de outros imóveis no DF; gastos diversos efetuados fora do DF; prejuízos em negócios; despesas com aluguéis de bens móveis e outras despesas (despesas correntes)".<sup>48</sup>

### 3.2 *Poupança da Unidade de Consumo*

Passamos a avaliar rapidamente a problemática em torno da poupança, segundo os dados empíricos da pesquisa em foco. Este item é de máxima importância, por ter uma correlação intensa com o bem-estar: na proporção em que o bem-estar está filiado ao plano econômico, não o pode haver ao nível da sobrevivência; ora, o nível de sobrevivência termina na proporção do aumento da poupança. Poupança significa a possibilidade de acumulação de capital para além de todas as despesas familiares, correntes ou não. Se a acumulação de capital é aplicada ou não, é outra questão; o importante é que deveria sobrar em cada mês ou em cada ano dinheiro para além de todas as despesas possíveis, previstas ou imprevistas. A poupança não pode ser apenas entendida como capital reservado para o imprevisto. A autêntica poupança começa além do imprevisto: é, na verdade, a partir daí que começa o autêntico bem-estar a nível econômico.

A Tab. 9 nos dá uma visão impressionante dos termos reais da poupança no Distrito Federal. Ela começa a existir apenas a partir da Classe D. Tal situação mereceria um estudo mais aprofundado, já pelo próprio fato de o salto entre a classe C e D ser demasiadamente brusco (- 1,86% para + 16,07%). Talvez isto seja redutível, até certo ponto, a algum fenômeno típico do DF, que a própria pesquisa da CODEPLAN, sem entrar em minúcias, assim suspeita: "Para as três primeiras classes de renda, o montante gasto com consumo corrente foi superior à renda, havendo portanto ocorrido despoupança ou poupança negativa nestas classes. São as famílias

---

47. Id., ib., p. 119.

48. Id., ib., p. 123.

Tab. 9: Poupança Anual Média Familiar por Classes de Renda Bruta Anual per capita, 1968

Classes de Renda	Renda Líquida *		Despesas Correntes **		Poupanças	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A	2.344,16	100,00	2.483,63	105,95	— 139,47	— 5,95
B	3.866,01	100,00	4.009,58	103,71	— 143,57	— 3,71
C	7.084,73	100,00	7.216,84	101,86	— 132,11	— 1,86
D	11.367,42	100,00	9.540,33	83,93	1.827,09	16,07
E	23.666,45	100,00	16.620,82	70,23	7.045,63	29,77
Média	5.965,30	100,00	5.369,32	90,01	595,98	9,99

Fonte: CODEPLAN, 1971, p. 160

\* Renda Anual Líquida Familiar, ou seja, Renda Bruta Familiar deduzidos os gastos com Imposto de Renda e Previdência Social e Sindicatos.

\*\* Deduzidos os gastos com Imposto de Renda e Transferências Correntes (Previdência Social e Sindicatos, Prêmios de Seguro Pessoal e outras Transferências Correntes).

de renda mais baixa, que procuram manter seu padrão de vida, mesmo quando há um decréscimo na renda real e à custa do aumento das contas a crédito e de empréstimos obtidos".<sup>49</sup> Estaria, assim, em pauta o problema mais ou menos explícito do "efeito demonstração": "Tais características, comumente encontradas nas classes abaixo do grupo médio de renda de todas as regiões menos desenvolvidas, fizeram com que a poupança da classe C de renda *per capita* também apresentasse valor negativo".<sup>50</sup>

É possivelmente aceitável a hipótese de que as classes inferiores, compostas por isso mesmo de pessoas menos desenvolvidas que, no DF, vieram de fora e se depararam com o fausto da administração federal, geraram em seu comportamento o efeito demonstração: as classes inferiores, em sentido imitativo-demonstrativo, tentam manter um padrão de vida, que a renda não comporta. Além disso, haveria que levar em conta a ação política antiinflacionária que sempre pressiona os níveis salariais para baixo. Estas hipóteses parecem viáveis, até certo ponto, embora, em última análise, sua viabilidade dependa não só de seu estatuto teórico,

49. Id., ib., p. 159.

50. Id., ib., p. 161.

como também aqui de seu conteúdo empírico, que a pesquisa não fornece. Seja como for, as três classes inferiores apresentavam saldo negativo em suas despesas. Este dado é impressionante sobretudo se nos lembrarmos que elas formam nada menos que 81,76% das unidades de consumo, o que equivale a dizer que apenas 18,24% tinham saldo positivo. A lógica do bem-estar parece variar em razão inversa de sua necessidade.

### 3.3 Patrimônio Familiar

Em termos de veículos, as disparidades, como seria de esperar, são marcantes, como mostra a Tab. 10. Apenas 5,5% das famílias da classe A possuíam veículos, ao passo que mais da metade das famílias da Classe E o possuíam (56,4%). A média geral de 22,5% de famílias em posse de veículo no DF, corresponde a 37 veículos por mil habitantes; tal índice é superado apenas por São Paulo (50 por mil habitantes) e Guanabara (53 por mil habitantes).<sup>51</sup>

Tab. 10: Veículos no DF de acordo com Classes de Renda, 1968

<i>Classes de Renda</i>	<i>Famílias %</i>
A	5,5
B	18,0
C	24,9
D	46,2
E	56,4
Média	22,5

Fonte: CODEPLAN, 1971, p. 170

Assim, para o Brasil, o índice seria de 19 veículos por mil habitantes. Mais interessante ainda é o problema dos bens de consumo duráveis (fogão, geladeira, máquina de costura, televisão, etc.). Uma visão geral é dada pela Tab. 11. "As percentagens de unidades de consumo que possuem fogão são bastante semelhantes em todas as classes de renda observadas, embora não sejam iguais a 100%, porque algumas famílias tomam refeições fora de casa. [...] As famílias da amostra pertencentes à classe A somente apresentaram percentuais significativos para os seguintes bens duráveis de consumo: fogão,

51. Id., ib., p. 174.

Tab. 11: Bens de Consumo Duráveis por Classes de Renda Bruta p.c., 1968

<i>Cls. de Renda</i>						
<i>Especificação</i>	A	B	C	D	E	Média
Fogão	92,7	95,3	97,9	91,4	93,2	96,0
Geladeira	6,4	21,7	60,2	72,9	91,0	35,6
Liquidificador	5,5	25,9	51,9	74,1	83,3	34,8
Rádio	47,7	64,7	75,0	76,3	74,5	64,5
Enceradeira	0,0	8,7	42,8	59,5	74,2	24,4
Vitrola	4,6	11,3	13,6	46,7	53,9	20,4
TV	6,4	25,5	59,5	72,4	86,6	36,5
Máquina de Costura	41,3	61,3	77,0	69,3	73,4	61,5
Máq. de Lavar Roupa	0,9	10,0	22,2	37,0	50,2	17,0
Batedeira elétrica	0,0	2,1	7,1	20,0	40,1	7,6

Fonte: CODEPLAN, 1971, p. 176 (não contém todos os Bens arrolados na Tab. original)

rádio e máquina de costura. Além desses bens, a partir da Classe de Renda Média Inferior passam a ter alguma significação a geladeira, o liquidificador e a televisão".<sup>52</sup> Embora a pesquisa da CODEPLAN pretenda ver uma importância da máquina de lavar roupa já na Classe C, a bem da verdade empírica, só a enceradeira tem aí cifra relevante (42,8%, contra 22,2% para a máquina de lavar roupa). Mesmo na classe E, a máquina de lavar roupa tem a percentagem de 50,2%, isto é, apenas a metade das famílias a possui. Tentou-se dividir os bens duráveis, a partir daí, em quatro grupos.<sup>53</sup>

- a) 1.º grupo: fogão, rádio e máquina de costura, considerado básico para todas as famílias, embora na classe A, que são 37,12% das UC, apenas o fogão acuse cifra acima de 50%;
- b) 2.º grupo: geladeira, televisão e liquidificador;
- c) 3.º grupo: enceradeira, vitrola e máquina de lavar roupa; tanto o grupo 2 como o grupo 3 são caracterizados por "utensílios mais sofisticados, embora agreguem bens considerados necessários ao desempenho normal das atividades do mundo moderno";<sup>54</sup>
- d) 4.º grupo: batedeira elétrica, aspirador de pó, gravador e ar condicionado, "objetos pouco requisitados e que poderiam ser considerados supérfluos".

52. Id., ib., p. 177.

53. Id., ib., p. 178.

54. Id., ib., p. 178.

Dos 9 bens duráveis de consumo que a classe E tem acima de 50% (fogão, geladeira, liquidificador, rádio, enceradeira, vitrola, televisão, máquina de costura, máquina de lavar roupa, batedeira elétrica — esta chega apenas a 40,1% e seria o décimo produto), a classe A só possui 1 bem (fogão, embora o rádio esteja a 47,7% e a máquina de costura a 41,3%), a classe B só possui 3 bens (fogão, rádio, máquina de costura), a classe C só possui 6 bens (fogão, geladeira, liquidificador, rádio, televisão, máquina de costura). Discrepâncias específicas concentram-se nos bens:

- a) geladeira — classe A: 6,4%; classe E: 91,0%
- b) liquidificador — classe A: 5,5%; classe E: 83,3%
- c) enceradeira — classe A: 0,0%; classe E: 74,2%
- d) vitrola — classe A: 4,6%; classe E: 53,9%
- e) televisão — classe A: 6,4%; classe E: 86,6%
- f) máquina de lavar roupa — classe A: 0,9%; classe E: 50,2%

Convém igualmente notar que o consumo de bens duráveis não é limitado também na classe E. A vitrola, que certamente não é um objeto moderno extremamente extraordinário, detém a percentagem de apenas 53,9%; o mesmo acontece com a máquina de lavar roupa: apenas metade das famílias da classe E a possuíam (50,2%). A batedeira elétrica está representada somente em 40,1%, o aspirador de pó somente em 29,3%, e o gravador acusa apenas 9,2%. É bom lembrar estas limitações da classe E, para não cairmos com facilidade no extremo de que as limitações da classe A viriam acompanhadas de “ilimitações” da classe E: a classe E também revela as deficiências conjunturais de um sistema sócio-econômico em desenvolvimento. Mas, mesmo nestes termos, o nível participativo da classe A é extremamente marginal. Isto nos leva a algumas considerações sobre o problema atualmente muito colocado da marginalidade.

#### 4. CONOTAÇÃO POLÍTICA DA MARGINALIDADE

Não nos deteremos aqui especificamente sobre o debate conceitual já amplamente travado.<sup>55</sup> O fenômeno existe, e tanto existe que o Governo elaborou uma série de mecanismos de Integração

---

55. A. G. Frank, CEPAL e o., *Urbanização e Subdesenvolvimento*, Zahar, 1969; L. Pereira, *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*, Pioneira, S. Paulo, 1971; L. A. Costa Pinto, *Desenvolvimento econômico e Transição social*, Civil. Bras., 1970; O. Sunkel, “Capitalismo transaccional y Desintegración nacional en América Latina”, in *Estudios Internacionales*, 16 (1971), p. 3 ss.; D. Ribeiro, “El Desafío de la Marginalidad”, in *ib.*, p. 93 ss.; G. Germani, “Aspectos teóricos de la Marginalidad”, in *Revista Paraguaya de Sociología*, 23 (1972), p. 7 ss.; CEAS, 18 (1972), *Dependência e Marginalização; Urbanización y Marginalidad*, Seminario Nacional sobre

Social,<sup>56</sup> visando a integrar aquela parte da população que ainda não estaria ou estaria mal integrada. Os resultados estatísticos são claros e formam o próprio ponto de partida da política integracionista. Quer-se aqui apenas levantar alguns problemas referentes aos aspectos indicativos da marginalidade (indicadores), acentuando a importância da participação política da massa na Integração Social como caminho histórico percorrido pelas nações desenvolvidas para a possível inclusão dos trabalhadores normais na classe média. Um modelo capitalista, ainda que apele a uma manipulação ampla do Estado no processo de produção e com isto se aproxime de modelos socializantes, não vai além da colocação do ideal da classe média:<sup>57</sup> um país integrado seria o país com predomínio dos estratos médios. A classe média não se caracteriza apenas por um tipo específico de ingressos, que lhe daria uma maior participação no bem-estar econômico, mas também por outros predicados, dentre os quais sobressai a participação política, principalmente a nível da sindicalização.

No entanto, o problema da marginalidade é debatido sobretudo a nível econômico. Há para isto razões fáceis:

- a) o indicador econômico é o mais trabalhado estatisticamente falando;
- b) com isto se coloca a questão de ser relativamente fácil de encontrar;
- c) ademais, salta aos olhos mais gritantemente, como problema.

Poderíamos ainda discutir se o privilegiamento do fator econômico não é um tributo à visão marxista da "dominante em última instância", o que caracteriza, por exemplo, a visão de L. Pereira.<sup>58</sup> Daí, para o seguinte passo é fácil: "Na sociedade brasileira, as populações 'marginais' podem ser empiricamente identificadas, em conjunto, como formadas por todos aqueles que estão abaixo do limite de renda *per capita* familiar fixado direta e indiretamente como mínimo pelo Governo Federal, através dos dispositivos legais relativos ao salário mínimo (remuneração individual) e ao salário-família (acréscimos para a composição da receita familiar 'mínima')".<sup>59</sup> Existe, portanto, para o fator econômico a colocação de um limite legal, a partir do qual se pode qualificá-lo de mar-

---

Urbanización y Marginalidad, Marzo 28/31 — 1968, Colombia (asociación colombiana de Faculdades de Medicina); L. Martins, *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*, Saga, 1968.

56. E. Calsing, *Conceito oficial de Integração Social Brasileira*, IBRADES, 1972.

57. P. Demo, *op. cit.*

58. L. Pereira, "Populações 'marginais'", in *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*, ed. cit., p. 163.

59. *Id. ib.*, p. 171.

ginal. É uma posição sobretudo cômoda, pois foge à questão do mérito do “mínimo” e é fácil de identificar. A discussão do mínimo levaria não só a se colocar o problema da diferença entre o mínimo legalmente estatuído e o mínimo realmente necessitado, mas também se o próprio mínimo legal não estaria sofrendo uma regressão histórica, a nível do que se chama achatamento salarial.<sup>60</sup> Partindo da colocação oficial dos mecanismos de Integração Social, é claro — parece-nos — que o Governo não define o salário mínimo como algum “ideal”, no sentido de permitir a obtenção do mínimo aos que ainda não conseguiram se colocar na faixa do mínimo e que são no Brasil ainda uma leva imensa: segundo o Censo de 1970, abaixo do salário mínimo ganhavam em torno de 50% dos economicamente ativos;<sup>61</sup> segundo a pesquisa da CODEPLAN, as classes A e B, abaixo do salário mínimo, eram representadas por 69,05% das unidades de consumo, supondo que a amostra seja representativa para todo o Distrito Federal. Os mecanismos de Integração Social, notadamente o PIS, pretendem também elevar as oportunidades das pessoas que estão já na faixa do mínimo. Pode-se, então, perguntar se marginalidade se refere só aos pontos de não participação do processo produtivo em termos de renda salarial — representados aqui pelas pessoas abaixo do nível mínimo —, ou se se refere também à participação deficiente — representada aqui

60. Quanto à evolução do salário mínimo, cfr. CEAS, *op. cit.*, p. 39: Evolução dos valores nominal e real dos salários mínimos no Estado da GB.

MÊS — ANO	SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL (Cr\$)	SALÁRIO MÍNIMO REAL (Cr\$-1970)
1 — 1959	5,90	331,5
10 — 1960	9,44	302,65
10 — 1961	13,216	297,02
1 — 1963	21	292,55
2 — 1964	42	279,55
3 — 1965	66	230,80
3 — 1966	84	211,60
3 — 1967	105	195,36
3 — 1968	129,60	194,83
5 — 1969	156	189,37
5 — 1970	187,20	1987,20

FONTE: Fundação Getúlio Vargas, Índices de vida e salário na GB., *Visão*, 21-5-1970

61. Cf. Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, 1970, p. 6 — no cálculo deve-se levar em conta também a categoria “sem declaração e sem rendimentos”; P. Demo, *Desenvolvimento e Integração Social*, ed. cit.

possivelmente pelas pessoas que ainda não alcançaram o estrato médio? Sem querer agora entrar na precisão do conceito de participação deficiente e de classe média com seu limite quantitativo de inclusão, não seria difícil aventar que nos países desenvolvidos se possam ver os estratos abaixo do médio como marginais, pelo próprio fato de não serem majoritários. Mas se transportássemos esta consideração para os países em desenvolvimento, chocar-nos-íamos com uma massa absolutamente majoritária, pela própria inexpressividade da classe média. A marginalidade não seria uma categoria marginal, mas predominante.

Um estudo da CEPAL parece se enquadrar nesta visão. "A mão-de-obra marginal compõe-se das pessoas que têm as mais baixas rendas (próximas do mínimo fisiológico), seja porque sua atividade é improdutiva e não-indispensável, seja porque o trabalho é irregular ou não é encontrável no seu ramo de atividade. A população marginal compõe-se dos trabalhadores marginais e das pessoas que são seus dependentes. Entre a mão-de-obra marginal propriamente dita e os empregos plenamente produtivos, existe uma zona intermediária de produtividade fraca ou inferior à normal; as rendas dessa categoria de trabalhadores são, por conseguinte, pouco elevadas e apenas superiores ao mínimo fisiológico. A mão-de-obra dessa categoria pode ser qualificada de submarginal. O excesso de mão-de-obra marginal e em particular de mão-de-obra submarginal, por comparação com os países desenvolvidos, é característico da estrutura do emprego nas cidades da América Latina e cria vários problemas sociais graves".<sup>62</sup> Possivelmente esta conceituação se aproxima da acentuação do problema do subemprego, o que vem mais explicitado adiante, quando nota a relativa raridade do desemprego.<sup>63</sup> A marginalidade seria, assim, mais específica do mundo do subemprego. Mas isto não nos dispensa da questão: seria o salário mínimo um indicador de emprego ou de subemprego? Na própria medida em que o salário mínimo não pode em absoluto ser idealizado, ele é também subemprego; e é por isso que os mecanismos de Integração Social não partem, na visão oficial do Governo, de uma integração dos trabalhadores na faixa do mínimo. Não será, portanto, absurdo afirmar, que a própria colocação da necessidade de Integração Social pode levar a qualificar o fenômeno da marginalidade a partir do ideal da classe média, mesmo que para este ideal seja praticamente impossível indigitar um salário ideal (um salário típico da classe média), já porque ela não se define apenas em termos de renda.

---

62. CEPAL, "Problemas de Emprego da Mão-de-obra citadina", in *Urbanização e Subdesenvolvimento*, ed. cit., p. 142.

63. Id., ib., p. 151.

Mas vejamos o procedimento de L. Pereira, que, embora comodista, tem a seu favor uma clara operacionalidade. É possível calcular uma renda familiar mínima ideal, partindo dos seguintes pressupostos (à base do salário mínimo vigente no Estado de São Paulo de maio de 1969 a abril de 1970, de Cr\$ 156,00, em uma amostra retirada da cidade de Rio Claro):

- a) "todos os membros ativos de 12 a 15 anos de idade deveriam receber no mínimo Cr\$ 78,00, ou seja, 50% do salário mínimo mensal de Cr\$ 156,00 então legalmente vigente no município de Rio Claro;
- b) todos os membros ativos com 16 e 17 anos de idade deveriam receber no mínimo Cr\$ 117,00, isto é, 75% do salário mínimo mensal;
- c) todos os membros ativos de 18 e mais anos de idade deveriam receber no mínimo Cr\$ 156,00, vale dizer, o total do salário-mínimo;
- d) a cada dependente menor (abaixo de 14 anos de idade e sem atividade remunerada) deveria caber, como filho, o salário-família de Cr\$ 7,80, ou seja, 5% do salário mínimo mensal ...".<sup>64</sup>

A pesquisa dividiu os tipos de família em 6 grupos, que aqui não especificamos. A discrepância entre a renda familiar mínima e a efetiva está dada pela tab. 12. Nenhuma renda efetiva se aproxima

Tab. 12: Renda Familiar Mínima Ideal, Renda Familiar Efetiva e Renda per capita por tipo de Família, 1969

	Tipos de Família						Total
	A	B	C	D	E	F	
Renda Fam. Mínima Ideal	197,09	248,96	211,20	467,14	487,81	169,10	288,99
Renda Fam. Efetiva	166,50	193,80	137,70	255,00	267,60	111,00	191,00
Renda per. Cap. Efetiva	36,01	40,67	30,54	40,81	38,31	21,64	37,21

Fonte: L. Pereira, Estudos sobre o Brasil Contemporâneo, S.P., 1971, p. 176

64. L. Pereira, *op. cit.*, p. 173-174.

Tab. 13: Distribuição Percentual da Alimentação e Habitação no Consumo Familiar segundo Máxima Ideal e Efetiva

Despesas com:	% Máxima Ideal	% Efetiva
Alimentação	43,00	63,73
Alimentação e Habitação	76,00	85,03
Outros itens	24,00	14,97

Fonte: L. Pereira, Estudos sobre o Brasil Contemporâneo, S.P., 1971, p. 177

da ideal; trata-se das famílias moradoras nos bairros mais pobres da área citadina do município de Rio Claro: em média são todas famílias marginais, segundo o critério estabelecido.

Reportando-se ao consumo, notam-se as mesmas disparidades. Os componentes percentuais do salário mínimo (Tab. 13) estão assim divididos: 43% para alimentação, 33% para habitação, 14% para vestuário, 6% para higiene e 4% para transporte. Diz então L. Pereira: "Admitindo que os componentes percentuais do salário-mínimo são extensíveis ao dispêndio global da família do trabalhador, a tabela acima evidencia o quanto as despesas absolutamente mínimas das famílias 'marginais' com alimentação em separado, ou com alimentação e habitação em conjunto, ultrapassam o que seria considerado percentual máximo dentro da renda-trabalho mínima ideal, abaixo da qual elas estão".<sup>65</sup>

Até aqui colocamos a realidade empírica do fenômeno da marginalidade e discutimos que o nível lançado por L. Pereira, embora permita uma operacionalização brilhante, não seria extamente o nível implícito na intenção dos mecanismos de Integração Social. Dentro do espírito destes mecanismos, vale agora indagar pelo seu teor de oferta em termos de participação, que levaria precisamente a reduzir o fenômeno da marginalidade. Admite-se, assim, que o contrário de marginalidade é participação, aqui em termos de classe média, e que participação seria o específico da Integração. A hipótese levaria à idéia de que uma Integração Social, na proporção em que é dada de cima para baixo, ou seja, na proporção em que não é conquistada de baixo para cima, não fornece os pressupostos necessários para a formação de uma classe média majoritária, porque historicamente, as classes médias dos países desen-

65. Id., ib., p. 177.

volvidos não se formaram só pela concessão empresarial-estatal, mas sobretudo pela articulação política própria. Isto quer dizer que a colocação da Integração Social como concessão ou como conquista levaria a influir de modo direto, possivelmente, nas chances do resultado a que se quer chegar.

Este tipo de hipótese encontra-se já trabalhado ligeiramente no livro de Lipset, *O Homem Político*,<sup>66</sup> ao tratar da possível correlação entre “desenvolvimento econômico e democracia”. Os índices de riqueza seriam mais favoráveis aos países com estrutura política mais democrática. “Talvez a generalização mais comum, associando os sistemas políticos a outros aspectos da sociedade, seja a de que a democracia está relacionada com a situação de desenvolvimento econômico. Quanto mais próspera for uma nação, tanto maiores são as probabilidades de que ela sustenha a democracia. Desde Aristóteles até a atualidade, os homens têm argumentado que só

Tab. 14: *Classificação das Nações Européias, de Língua Inglesa e Latino-Americanas pelo Grau de Estabilidade Democrática*

<i>Nações Européias e de Língua Inglesa</i>		<i>Nações Latino-Americanas</i>	
<i>Democracias Estáveis</i>	<i>Democracias Instáveis e Ditaduras</i>	<i>Democracias e Ditaduras Instáveis</i>	<i>Ditaduras Estáveis</i>
Austrália	Albânia	Argentina	Bolívia
Bélgica	Alemanha	Brasil	Cuba
Canadá	Áustria	Chile	El Salvador
Dinamarca	Bulgária	Colômbia	Equador
EE.UU.	Espanha	Costa Rica	Guatemala
Holanda	Finlândia	México	Haiti
Irlanda	França	Uruguai	Honduras
Luxemburgo	Grécia		Nicarágua
Noruega	Hungria		Panamá
N. Zelândia	Islândia		Paraguai
Reino Unido	Itália		Peru
Suécia	Iugoslávia		S. Domingos
Suíça	Polónia		Venezuela
	Portugal		
	Romênia		
	Tcheco-Eslováquia		
	União-Soviética		

Fonte: S.M. Lipset, *O Homem Político*, Zahar, 1967, p. 49

6. S. M. Lipset, *O Homem político*, Zahar, 1967.

numa sociedade abastada, em que relativamente poucos cidadãos vivam ao nível da pobreza real, poderá existir uma situação em que a massa da população inteligentemente participe na política e desenvolva a autodisciplina necessária para evitar sucumbir aos apelos de demagogos irresponsáveis. Uma sociedade dividida entre uma grande massa pobre e uma pequena elite favorecida resultará numa oligarquia (domínio ditatorial do pequeno estrato superior) ou em tirania (ditadura de base popular)".<sup>67</sup>

Esta colocação da Lipset pode ser interpretada como autêntico economicismo, que inclusive seria a própria negação de sua hipótese: no fundo, a riqueza seria democrática, no sentido de que somente dela pode surgir o condicionamento básico de qualquer realização democrática; o substrato económico desenvolvido seria a "dominante em última instância" do teor democrático de um regime. Tal posição, dedutível sem dificuldades da colocação extremada de Lipset, além de ignorar fenómenos tipicamente antidemocráticos da riqueza — a concentração da renda, por exemplo, voltar-se-ia contra o próprio sentido da hipótese básica: de que a determinação não viria só do económico, mas também do democrático, ou por outra, o desenvolvimento económico não é só causa, mas também efeito da democracia. Lipset usa dados já antiquados, o original é de 1959, e por isso suas classificações não são mais pertinentes em alguns casos, sobretudo na América Latina. Sua classificação básica é dada pela tabela 14. Os maiores reparos seriam necessários no que concerne à classificação da América Latina, mas que deixamos aqui de lado. Damos imediatamente uma seleção dos índices de comparação, na tabela 15. Todos os regimes de tendências ditatoriais, e neles incluídos todos os regimes da cortina de ferro, sairiam perdendo, confirmando a hipótese do autor (Lipset). Poder-se-iam aduzir inúmeros problemas metodológicos em torno do valor desta hipótese, a partir dos próprios critérios de classificação dos países em questão. Ela é extremamente tênue: seria falso pedir dela o que ela não pode dar. Não passa, no fundo, de uma colocação teórica interessante e com algum conteúdo empírico. É apenas neste sentido que a aproveitamos. Reportando-nos a dados mais recentes do Banco Mundial<sup>68</sup> e arrolando apenas alguns países, teríamos o seguinte quadro da Tabela 16. É interessante notar como países democráticos parecem persistir em sua dianteira.

Na coluna da direita da respectiva tabela encontram-se países menos democráticos, dentre eles todos os países da cortina de ferro, inclusive Rússia, que em 1969, segundo cálculos do Banco Mundial, acusava um PNB p.c. de apenas 1.200 dólares (3.000 dólares a menos

---

67. Id., ib., p. 49-50.

68. "Población, Producción per cápita y Tasas de Crecimiento", in *Manzanas y Desarrollo*, vol. 9, n.º 1, Marzo 1972, p. 52 ss.

Tab. 16: Comparação de vários países par PNB per capita (\$)

<i>País</i>	<i>PNB p.c. (dólares)</i>	<i>País</i>	<i>PNB p.c. (dólares)</i>
EE.UU.	4.240	Alemanha Or.	1.570
Suécia	2.920	Tcheco-Eslováquia	1.370
Suíça	2.700	URSS	1.200
Canadá	2.650	Hungria	1.100
França	2.460	Argentina	1.060
Dinamarca	2.310	Polónia	940
Austrália	2.300	Bulgária	860
N. Zelândia	2.230	Romênia	860
Alemanha Ocid.	2.190	Grécia	840
Noruega	2.160	Espanha	820
Bélgica	2.010	Portugal	510
Finlândia	1.980	Albânia	430
Reino Unido	1.890	Peru	330
Holanda	1.760	China (Mao)	300
Venezuela	1.000	Cuba	280
México	580	Brasil	270
Uruguai	560		
Chile	510		

Fonte: Banco Mundial, "Población, producción p.c. y tasas de crecimiento" in: Finanzas y Desarrollo, vol. 9, n.º 1, Marzo 1972, p. 52ss. (dados de 1965)

em que a classe trabalhadora tem mais possibilidades de se articular sindicalmente, a Integração Social — aqui vista apenas, unilateralmente, através da renda p.c. — parece ser mais efetiva. A importância da CGT na Argentina é um fato notável e nos países desenvolvidos de alta renda p.c. a participação da articulação política trabalhista através de sindicatos é impressionante. O que se quer dizer é apenas o seguinte: o ingresso da classe trabalhadora na classe média não foi de modo geral um presente do céu, mas uma conquista. A Integração Social aparece, assim, não como um ato de misericórdia, mas como um ato de justiça. Falar em articulação política dos trabalhadores não equivale, em absoluto, a reivindicar para eles direitos totais de greve. Ora, a democracia não é democrática, factualmente, por conceder liberdades absolutas, mas por colocar os termos da liberdade dentro de "regras de jogo" reconhecidas pela maioria. Há, portanto, regras de jogo e com isso nos afastamos do sindicalismo anárquico. Em outras palavras, uma política integracionista tem maiores chances de êxito se uma concessão do alto vier acompanhada de uma articulação por baixo. A Rússia nos fornece um exemplo interessante. No 10.º Congresso do Partido Comunista, em 1921, foi praticamente decretada a

Tab. 15: Comparação de Países Europeus, de Língua Inglesa e Latino-americanos Segundo "mais e menos democráticos", por Índices de Riqueza e Educação

*Índices de Riqueza*

<i>Médias</i>	<i>Renda p. c. (dólares)</i>	<i>Milhares de Pessoas por Médico</i>	<i>Pessoas por Veículo</i>
Democracias Estáveis Europeias e de Língua Inglesa	695	0,86	17
Democracias Instáveis e Ditaduras Europeias e de Língua Inglesa	308	1,4	143
Democracias e Ditaduras Instáveis Latino-americanas	171	2,1	99
Ditaduras Estáveis Latino-americanas	119	4,4	274

*Índices de Educação*

<i>Médias</i>	<i>% Alfabetização</i>	<i>Matriculas no Secundário por 1000 hab.</i>	<i>Matriculas no Superior por 1000 hab.</i>
Democracias Estáveis Europeias e de Língua Inglesa	96	44	4,2
Ditaduras Europeias	85	22	3,5
Democracias Latino-americanas	74	13	2,0
Ditaduras Latino-americanas	46	8	1,3

*Fonte: S.M. Lipset, O Homem Político, Zahar, 1967, p. 51-52*

que os EE.UU.). Mais indicativa ainda é, certamente, a posição dos três países europeus críticos: Grécia, Espanha e Portugal — os três apresentam cifras extraordinariamente baixas. Entre os países da América Latina, a Argentina, embora hoje esteja sob um regime forte, revela uma cifra elevadíssima<sup>69</sup> para a situação latino-americana em geral. Embora a cifra do Brasil (270) esteja possivelmente subestimada, a Argentina está quase 4 vezes acima. O México usufrui também uma posição razoável. É em vista disto que talvez não seja totalmente absurda a hipótese de que nos países

69. Cfr. também comparação latino-americana: 276 Millones de Latinoamericanos, in: CERES — Revista FAO, Vol. 4, n.º 5, Sep.-Oct. 1971, p. 10-11.

morte dos sindicatos em favor da "primogenitura" do Partido<sup>70</sup> e, com isso, os trabalhadores passaram a uma situação de falta total de articulação própria face à orientação partidário-estatal; a missão dos sindicatos, daí por diante, era tornar a orientação do Partido aceitável e justificada aos trabalhadores. Temos assim, hoje, a situação interessantíssima de que o país colocado pelo menos no 2.º lugar mundial como potência esteja em 22.º lugar<sup>71</sup> em termos de renda p.c. É claro que não reduzimos o problema soviético apenas a isto, nem vemos nisto mais que uma hipótese tênue. De qualquer forma, não parece absurdo afirmar que uma classe média se forma mais efetivamente se, ao lado da política integracionista governamental, houver mobilização própria do objeto desta política. Entende-se tal mobilização dentro das regras de jogo democráticas. Seria, assim, do interesse dos próprios órgãos planejadores e executivos federais incluir nos projetos de Integração Social a formação da consciência trabalhadora, para evitar que uma maior participação econômica venha a se correlacionar com uma menor participação política. Talvez seja esta a situação de um programa como o PIS:<sup>72</sup> além de os trabalhadores não participarem economicamente em nada — é autêntico presente de mão-beijada, — o PIS ainda não entrou, na esfera nacional, em algum processo de consciência política da classe trabalhadora: foi elaborado longe dela e é executado por cima dela. Ela ainda não o julgou, não o discutiu, não o testou, e mais que isto: não o pode fazer, porque o programa é apenas doação, e não também uma conquista dela. Certamente que o trabalhador tem uma consciência política deficiente; mas isto é apenas uma razão a mais para que os planejadores oficiais dediquem a este problema toda a atenção e possibilitem o surgimento e a educação da articulação política dos trabalhadores dentro das regras de jogo democráticas; porque tais regras de jogo não atentam contra o sistema — são, pelo contrário, a própria justificação dele. A política integracionista, que seria uma legitimação muito inteligente do regime, é vista como legitimação por quem a vê de cima; por quem a vê de baixo é muitas vezes um mecanismo a mais, apenas. E, assim, o modelo "sovietiza-se", *malgré lui*.

Parece bastante claro que a marginalidade não pode ser entendida apenas em termos econômicos, assim como não se pode entender o bem-estar apenas em termos econômicos, já que os bens da socie-

---

70. I. Deutscher, *Die sowjetischen Gewerkschaften*, Europ. Verlagsgesellschaft, Frankfurt, 1969, p. 67 ss.; cfr. também a introdução a este livro, de L. FOA, p. 5-19.

71. Segundo o Banco Mundial, no relatório cit.

72. P. Demo, "PIS — Análise de seu Conteúdo político-social", in *Comunicado Mensal*, 232 (1972), p. 27 ss.; W. G. Hermans, "O Plano de Integração Social", in *Revista de Informação Legislativa*, 8/30 (1972), p. 137 ss.

dade são bem mais variados: econômicos, políticos, sociais, culturais, pessoais...<sup>73</sup> A lógica do bom salário, por tender a se tornar "férrea", precisa sempre do corretivo político: é nisto que se baseia a justificação da intervenção estatal na economia, que aproxima, hoje, até certo ponto o sistema capitalista do socialista. Uma estrutura econômica, na própria medida de sua invariação estrutural, não se corrige economicamente, pois a renda não se distribui; ela se concentra. A formação de programas de Integração Social tem aí sua razão de ser: são intervenções políticas na "invariação" econômica, levam à distribuição estatalmente controlada, são mecanismos de pressão política sobre o estarrhecimento estrutural de uma tendência econômica. Apenas que o corretivo político necessário, se só vier de cima, define Integração como concessão; mas, se vier também de baixo, poderá defini-la como conquista. A classe média parece ter surgido historicamente, ao contrário do que supõe a teoria marxista da pauperização do proletariado, da confluência entre doação e conquista.

## 5. CONCLUSÃO

Uma avaliação dos resultados empíricos de uma pesquisa sobre os orçamentos familiares do DF nos levou a colocar o problema da situação estrutural precária dos rendimentos das pessoas em questão. O salário mínimo ainda é para muitos um "ideal". A marginalidade, nestes termos, não é um fenômeno marginal. Viamos as restrições impostas por um mau salário e concluíamos que a lógica do bom salário está na proporção inversa de sua necessidade. Esta deformação econômica, que os mecanismos oficiais do Governo pretendem enfrentar e resolver a longo prazo, sem um corretivo político, tende a persistir: nisto está seu conteúdo "férreo". O político deve aí "sobredeterminar" o econômico. O planejamento de um processo de industrialização que desemboque a longo prazo numa estratificação nacional com predominância dos estratos médios é, certamente, mais fácil de criticar do que de realizar. Sua realização, porém, na medida em que já tem precedentes históricos concretos, sugeriria ao contexto brasileiro pontos de vista não negligenciáveis.

---

73. Sunkel também acentua o econômico: "En consecuencia, la marginalidad que principal y más urgentemente debiera preocuparnos es aquella que se deriva de la falta o dificultad de acceso a la obtención de un ingreso adecuado en cuanto a su nivel absoluto y su regularidad", *op. cit.*, p. 19. Germani alarga o leque de fatores amplamente: "Quizás, sin deformar demasiado las concepciones corrientes, los grandes factores causales básicos podrían reducirse a cinco (con un grado variable de interrelación recíproca): 1. factores de orden *económico-social*, 2. de orden *político-social* de distribución del poder en la sociedad, 3. de orden *cultural* (en sentido antropológico), 4. de orden *psicosocial* y de tipo de personalidad y 5. de orden *demográfico*" — *op. cit.*, p. 13.